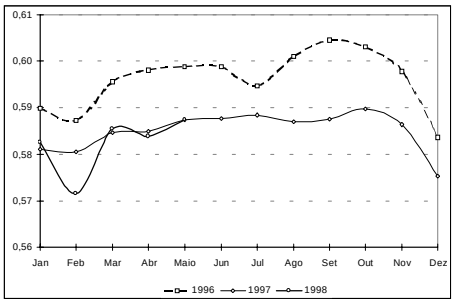
TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

Um dos aspectos mais marcantes do início do ano de 1998, segundo os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) para o período de janeiro a maio, foi a retomada do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) do conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas por aquela pesquisa domiciliar do IBGE: enquanto, em termos médios, a PEA cresceu apenas 0,5% de 1996 para 1997, o que representou um ingresso líquido de menos de 100 mil pessoas no mercado de trabalho, o crescimento médio no início de 1998 foi de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior (o que significa mais 364 mil pessoas). A esta retomada da expansão da PEA, observada em maior ou menor grau ao longo de todas as regiões, pode ser emprestada a conotação de um aumento da pressão da oferta sobre a operação do mercado de trabalho. Apesar de, é claro, isto de fato implicar uma maior necessidade de geração de empregos para abrigar o novo contingente de trabalhadores no mercado, é bom ter em mente em que medida isto se deve a motivos de cunho essencialmente demográfico.

Posto de outra forma, a variável mais adequada para captar o comportamento do lado da oferta é a taxa de participação, ou taxa de atividade, no mercado de trabalho, uma vez que ela já embute o crescimento autônomo da População em Idade Ativa (PIA), representando a fração das pessoas em idade de trabalhar que efetivamente estão trabalhando ou procurando emprego.

O Gráfico 1, a seguir, é bastante esclarecedor neste particular. O que se constata lá é que, na verdade, o que vem ocorrendo em 1998 é uma estabilização das taxas de participação em torno dos níveis vigentes no mesmo mês do ano anterior, não se repetindo a queda observada durante todo o ano de 1997. Nestes termos, parece mais razoável diagnosticar o aumento recente do crescimento da PEA como um reflexo do encerramento de um período onde a oferta vinha se expandindo aquém dos níveis induzidos pelos fatores demográficos. Posto de outra forma, a maior pressão da oferta hoje observada é uma conseqüência direta da dinâmica demográfica, que encerra um aumento bastante expressivo da população em idade ativa.

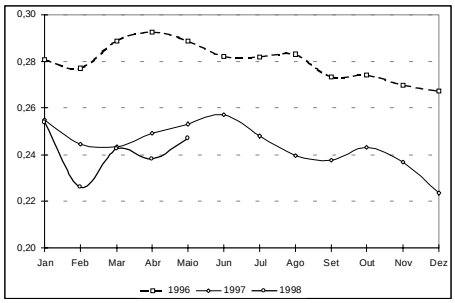
GRÁFICO 1
Evolução da Taxa de Participação (PME/IBGE)



A questão que naturalmente se coloca diz respeito ao porquê de tal interrupção. Não é de modo algum uma tarefa simples prover uma resposta satisfatória, haja vista que a decisão de ingresso na força de trabalho é, no mais das vezes, tomada no âmbito da família. Um ponto interessante, neste particular, está relacionado com a evolução da taxa de participação da parcela mais jovem da população. Como pode ser visto no Gráfico 2, quando se toma a faixa etária de 15 a 17 anos como referência, a queda da participação no mercado em 1997 foi bastante expressiva e, a exemplo do agregado, é interrompida no início de 1998.

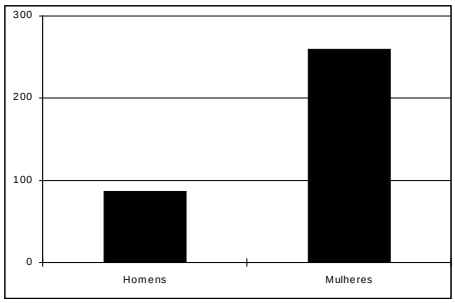
Comportamento similar a este, embora menos acentuado, é encontrado para a faixa de 20 a 24 anos, não sendo, todavia, observado de forma clara para os demais grupos etários. Embora de natureza admitidamente precária, isto pode constituir indício que foi a mudança de comportamento dos jovens em relação ao ingresso no mercado a responsável pela eliminação da queda das taxas de participação e conseqüente elevação da PEA em tempos recentes. O aumento do desemprego entre os chefes de família em conjunção com a queda dos rendimentos médios, aspectos que serão discutidos adiante, reforça a conjectura, feita em edição anterior, de que a expectativa, ou possibilidade, de redução da renda futura pode estar levando as famílias a rever decisões acerca do ingresso de seus membros mais jovens no mercado, no sentido de antecipá-lo.

GRÁFICO 2
Evolução da Taxa de Participação na Faixa de 15-17 Anos (PME/IBGE)



Por fim, vale chamar a atenção para o comportamento diferenciado por gênero, pois, em que pese a PEA tenha se elevado em ambos os caso, o incremento foi mais significativo entre as mulheres: na média dos cinco primeiros meses havia mais 260 mil mulheres no mercado de trabalho, contra apenas cerca de 85 mil homens. Esta diferença é reflexo do comportamento das taxas de participação, que cresceram ligeiramente entre as mulheres e declinaram entre os homens.

GRÁFICO 3
Variação da PEA por Gênero (em Milhares) - Jan/Mai-98-Jan/Mai-97

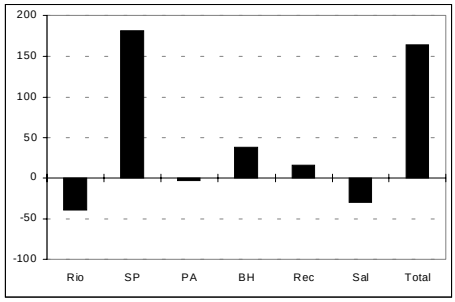


NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO

Segundo os dados da PME foram criados, em maio, mais de 80 mil postos de trabalho, sendo que, pela primeira vez desde julho de 1997, o nível de ocupação situou-se acima daquele do mesmo mês do ano anterior. Ao longo do ano foram criados cerca de 165 mil empregos, marca esta bastante próxima da de 1997 e um pouco inferior à de 1996. Isto constitui um indício auspicioso, haja vista que o quadro macroeconômico do início deste ano era bem menos favorável que nos anteriores.

Cumpre frisar que esta expansão deve-se basicamente à região de São Paulo que, sozinha, gerou mais de 180 mil postos de trabalho. No extremo oposto encontram-se as metrópoles de Salvador e Rio de Janeiro, onde houve a destruição de 30 e 39 mil empregos, respectivamente (ver Gráfico 4).

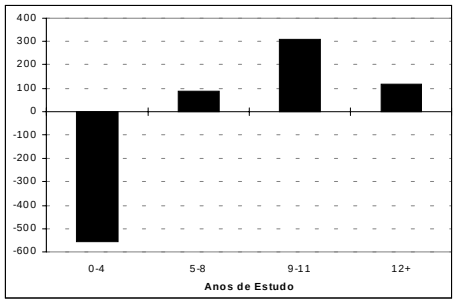
GRÁFICO 4
Variação do Nível de Ocupação em 1998 (milhares)



Dentre os setores de atividades destaca-se o segmento de serviços, que é o único que apresenta um saldo positivo no números de empregos quando são comparados o início de 1997 e 1998. O contrário parece estar acontecendo com o Comércio, que desde há muito vinha absorvendo mão-de-obra egressa de outros setores, mas vem paulatinamente perdendo esta capacidade.

A fração do total de empregos que é ocupada por mulheres permanece se elevando, tendo atingido a marca de 40,6% no último mês (contra 38,5% no início da década). Comportamento inverso é observado para o emprego da força de trabalho pouco qualificada (de 0 a 4 anos de estudo): enquanto no início da década ela respondia por 39,0% do emprego total, os números mais recentes apontam para não mais que 27,5%. Da comparação do nível médio de ocupação nos cinco primeiros meses de 1997 e 1998 resulta o fato de que todos os grupos cresceram em termos absolutos, com destaque para o de 9 a 11 anos de estudo, à exceção daquele de menor escolaridade, havendo menos 555 mil trabalhadores pouco instruídos na força de trabalho.

GRÁFICO 5
Variação Absoluta do Nível de Emprego por Grau de Escolaridade (milhares) Jan/Mai 98 - Jan/Mai 97

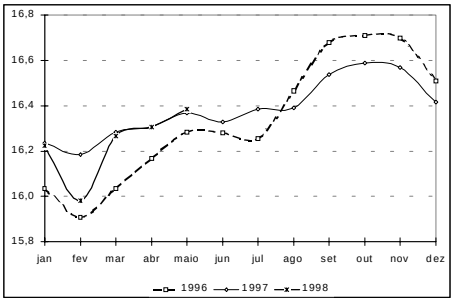


Para melhor contextualizar a evolução do nível de ocupação durante os cinco primeiros meses deste ano é interessante contrastá-la com o comportamento observado de 1996 em diante, o que é retratado no Gráfico 6. O primeiro fato a ser mencionado, conforme destacado no início desta seção, é que a geração de empregos entre janeiro e maio do corrente foi basicamente idêntica àquela observada no ano anterior. Este desempenho, embora ainda inferior ao de 1996, quando foram gerados quase 250 mil postos de trabalho no mesmo intervalo de tempo, não deixa de ser auspicioso, na medida em que pode estar indicando uma retomada do dinamismo do mercado, principalmente quando se atenta para o fato que o contexto macroeconômico no início deste ano era muito menos favorável que nos anteriores..

Embora o nível de emprego do mês de maio tenha sido apenas ligeiramente superior ao de um ano antes, cumpre destacar, uma vez mais, que é a primeira vez que isto acontece desde julho do ano passado. Isto reforça a constatação de que desde o final do primeiro semestre de 1997 o mercado de trabalho já não vinha conseguindo manter a capacidade de geração de empregos que caracterizou o período pós-Real, deficiência esta que foi agravada com a elevação das taxas de juros após a crise do sudeste asiático em outubro próximo passado.

Deve-se ter em vista, portanto, que a recuperação delineada nos últimos meses, embora ainda insuficiente para reduzir a taxa de desemprego, tendo ocorrido sob condições conjunturais da economia mais adversas, pode constituir indício de retomada do dinamismo do mercado. Isto permite imaginar que talvez a fase mais desfavorável tenha ficado para trás e que no decorrer do segundo semestre (os fatores sazonais são adversos em junho e julho), principalmente a se confirmarem os sinais de retomada da atividade econômica, o mercado será capaz de suprir os postos de trabalho necessários para fazer face às necessidades da oferta de forma bastante mais eficiente do que aquela que vem sendo observada há cerca de um ano.

GRÁFICO 6
Evolução do Nível de Ocupação (Em Milhões)

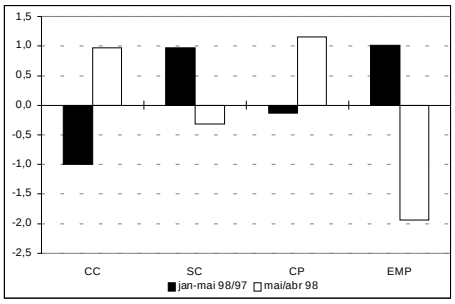


INFORMALIDADE

A maior parte do crescimento verificado no nível de ocupação das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME, no mês de maio, ocorreu na categoria dos trabalhadores com carteira assinada: para os cerca de 83.000 novos postos de trabalho líquidos, os empregos formais contribuíram com quase 73.000, enquanto que na outra categoria a mostrar crescimento, a dos trabalhadores por conta própria, essa contribuição foi de aproximadamente 42.000 postos. Com esses movimentos, a proporção de trabalhadores com carteira no total de ocupados, o indicador mais simples do grau de formalização do mercado de trabalho, aumentou de 45,88%, em abril, para 46,09%, em maio.

Essa melhoria, contudo, ainda não foi suficiente para tornar favorável a comparação com 1997: a média dos cinco primeiro meses deste ano, desse indicador, foi de 46,17%, enquanto que no ano passado, nesse mesmo período, ele ficou em 46,51%. O gráfico abaixo ilustra as variações responsáveis pela ligeira deterioração observada na comparação do período janeiro-maio deste ano, em relação a 1997, bem como os movimentos favoráveis ocorridos em maio.

GRÁFICO 7
Variação na Ocupação por Forma de Inserção (%)



Em nível regional, o panorama permaneceu praticamente inalterado, com as metrópoles do Rio de Janeiro, Salvador e Recife apresentando mais da metade de seus trabalhadores inseridos no mercado na condição de assalariados sem carteira de trabalho assinada ou como profissionais autônomos, enquanto para as demais regiões esta percentagem fica em torno de 45%. A observação digna de nota é o crescimento de dois pontos percentuais na participação dos empregados sem carteira em Porto Alegre e Recife, elevação esta, em ambos os casos, quase que totalmente compensada

pela redução da fração dos trabalhadores por conta própria.

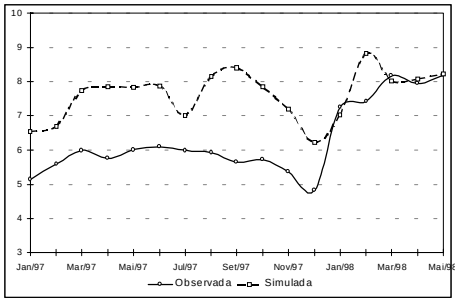
DESEMPREGO

DESEMPREGO ABERTO

A taxa de desemprego aberto nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME, conforme pode ser verificado no Gráfico da capa, apresentou oscilações no início deste ano similares àquelas do início do ano passado, mas em torno de um patamar bem mais elevado: a diferença, mês a mês, ficou - quase que sistematicamente - pouco acima de dois pontos percentuais (em termos de média dos cinco primeiros meses, ela foi igual a 2,1 pontos percentuais, passando de 5,7% em 1997 para 7,8% em 1998).

Grosso modo, pode-se dizer que nos últimos três meses a taxa está estável em torno de 8%, enquanto no mesmo período de 1997 ela encontrava-se estável ao redor de 6%. A indagação natural que se coloca diz respeito ao porquê deste salto. Embora o assunto venha sendo debatido exaustivamente nos mais diversos segmentos da sociedade, as observações feitas anteriormente em relação ao comportamento da taxa de participação e do nível de ocupação podem ser combinadas de forma elucidativa através de um exercício contrafactual, qual seja: qual teria sido a taxa desemprego, de janeiro de 1997 para cá, caso a taxa de participação fosse a de 12 meses antes e o nível de ocupação aquele efetivamente observado em cada um dos meses em questão? Os resultados são mostrados no Gráfico 8.

GRÁFICO 8
Taxa de Desemprego Observada e Simulada (%)



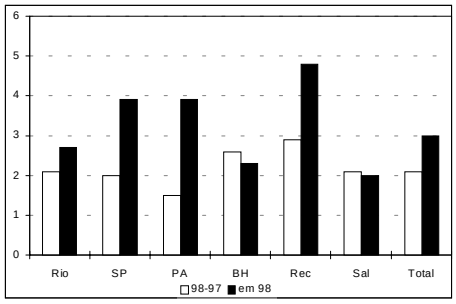
O que chama a atenção neste exercício é que já no segundo trimestre de 1997 a taxa de desemprego simulada sobe para um patamar próximo àquele onde se encontra atualmente, oscilando em torno dele a maior parte do tempo desde então. A razão de ser para tal resultado é simples, uma vez que ele reflete o fato de, coincidência ou não, a taxa de participação ter declinado justamente durante o período em que o mercado de trabalho diminuiu a sua capacidade de geração de empregos. A partir da última virada de ano, as taxas observada e simulada tornam-se bastante parecidas, conseqüência direta do encerramento do alívio do lado da oferta.

Sendo assim, pode-se especular que o agravamento do desemprego encontrava-se em grande medida presente, embora sem ter se materializado nas estatísticas, durante a maior parte do ano anterior, não tendo se revelado na sua plenitude devido a um comportamento, por assim dizer, "favorável" do lado da oferta. A partir do instante em que chegou ao fim o processo de diminuição da pressão da oferta, observou-se o salto efetivo nas taxas. Assim sendo, de forma contrária à opinião de alguns analistas, e à hipótese levantada no último número desta publicação, o aumento do desemprego deve ser debitado, em grande parte., ao lado da demanda.

Mais que isso, vale a pena chamar a atenção para o ponto de que, ao menos em parte, este problema parece preceder a elevação da taxa de juros no final do ano passado. Em que pese esta ter contribuído para agravá-lo, torna-se mister examinar em que medida tratava-se de uma questão de cunho estrutural, devida à reformulação da estrutura produtiva e ao esgotamento da capacidade de absorção dos segmentos de Serviços e Comércio, ou de falta de crescimento econômico suficiente para a geração de empregos necessária.

Não resta dúvida, todavia, que esta é uma preocupação de médio e longo prazos, haja vista que para o futuro imediato as expectativas são relativamente favoráveis, prevendo-se uma queda da taxa de desemprego para as imediações de 6% até o final do ano, dado que no segundo semestre os fatores sazonais são amplamente propícios para tal, além do que há indícios de recuperação do lado da demanda. Não obstante, ela ainda se situaria em um patamar mais elevado que os verificados nos anos anteriores.

GRÁFICO 9
Variações da Taxa de Desemprego por Região (Pontos percentuais)



Voltando a uma análise mais desagregada da evolução recente das taxas de desemprego, pode-se perceber da Tabela A.4.1.1, no Anexo Estatístico, que apesar de algo uniformes em relação a 1997, as variações durante 1998 por região metropolitana já são bastante distintas: a amplitude vai de 2 pontos percentuais em Salvador até 4 em Recife (que é seguida por São Paulo e Porto Alegre, ambas com 3,9).

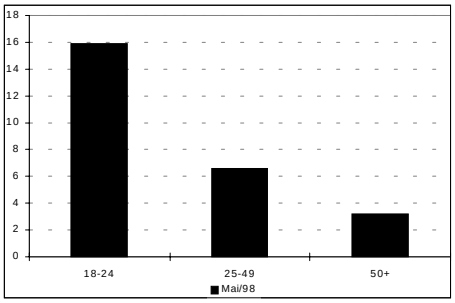
O aumento do desemprego tem se manifestado com maior intensidade entre as mulheres, sendo que o diferencial entre os gêneros, que fora de 1,1 ponto percentual na média em 1997, superou a marca de dois pontos em maio último. Com isso a composição dos desempregados segundo o gênero tornou-se praticamente uniforme, com 52,9% de homens e 47,1% de mulheres, (que é o maior percentual destas nesta década: apenas para ilustrar, a percentagem feminina no contingente de desempregados em 1991 era inferior a 40%).

De forma semelhante, está ocorrendo uma convergência nas taxas de desemprego por setor de atividade, de tal sorte que em maio, também pela primeira vez em muito tempo, a Indústria de Transformação não foi o que apresentou a maior taxa, tendo sido superada pelo segmento de Construção Civil. Com isso o percentual de desempregados provenientes da indústria atingiu seu ponto de mínimo na década, ficando abaixo de 20%.

No que concerne ao corte segundo a posição na família houve também um aumento generalizado em todos os casos, com destaque para os chefes de família e os cônjuges. Para os primeiros a taxa média nos cinco meses iniciais passou de 3,54% em 1997 para 5,14%, estabilizando-se nos três últimos meses. Para os cônjuges a elevação foi de 3,94% para 5,81%, mas ainda com ligeira tendência de elevação no final do período. Para os filhos, que experimentam as taxas mais elevadas, o aumento foi de 10,69% em 1997 para 13,73% no corrente ano, o que representa o maior incremento em termos absolutos, mas o menor em termos relativos.

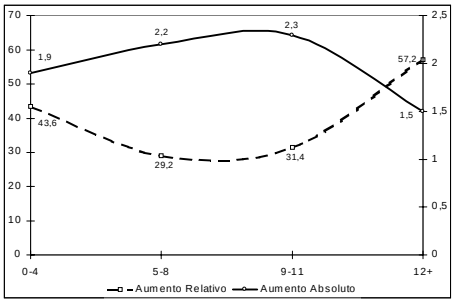
Um aspecto curioso é que, talvez ao contrário do parece ser o senso comum a este respeito, o desemprego é declinante com a idade (cumpre lembrar, tanto a PEA quanto o nível de ocupação não apresentam nenhuma regularidade quanto a isso), conforme pode ser visualizado na Tabela A.4.5. Segundo os últimos dados, por exemplo, ela era igual a 15,9% para as pessoas com até 24 anos, caía para 6,6% para aquelas na dita prime-age, e para 3,2% para aquelas com 50 ou mais anos de idade (ver Gráfico 10).

GRÁFICO 10
Taxa de Desemprego por Faixa Etária (%)



Em relação à desagregação por grau de instrução, embora, como nos demais cortes, tenha havido uma elevação generalizada das taxas e manutenção da composição do desemprego, têm-se que os aumentos absolutos formam uma curva em forma de "U" invertido, de tal sorte que os grupos com escolaridade intermediária foram os que experimentaram os maiores incrementos (2,2 e 2,3 pontos percentuais para aqueles com de 5 a 8 e de 9 a 11 anos de estudo, respectivamente). Ao mesmo tempo, as variações relativas formam um "U" simples: os dois grupos supracitados tiveram um crescimento de cerca de 30%, enquanto os menos e os mais escolarizados experimentaram aumentos de 44% e 57%, respectivamente (ver Gráfico 11).

GRÁFICO 11
Variações na Taxa de Desemprego por Escolaridade (Mai/98 - Mai/97)



As informações acerca do número de meses da duração do desemprego e do tempo sem trabalhar (Tabelas A.4.12 e A.4.13) revelam que, de fato, ao longo de 1997, e particularmente a partir da virada do ano, aumentou de forma significativa a proporção dos desempregados que estavam nestas condições por mais de 12 meses. Dois pontos devem ser ressaltados aqui. Primeiro, estas percentagens vem caindo nestes primeiros cinco meses de 1998, tornando-se comparáveis, ou até mesmo inferior no caso de tempo sem trabalho, às apuradas para dezembro de 1997. Dado que o desemprego por desalento, conforme analisa-

do na próxima seção, mudou pouco no período, isto talvez seja um indicador de recuperação do mercado. Segundo, a proporção de pessoas sem trabalhar há mais de 12 meses é, compreensivelmente, maior que dos que estão efetivamente desempregados pelo mesmo período. Revelador, contudo, é a constatação de que a diferença entre as duas subiu bastante na virada do ano, o que pode ser um indicador de um maior regresso ao mercado de pessoas que, voluntariamente ou não, dele haviam se retirado anteriormente.

DESEMPREGO OCULTO

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Fundação Seade/DIEESE), o desemprego oculto por desalento tem se mantido estável nestes primeiros cinco meses na região metropolitana de São Paulo, em torno de 1,8%. Quanto ao desemprego, que experimentou uma elevação de quase um ponto percentual durante o segundo semestre de 1997, têm havido pequenas variações, mas, dadas as margens de erro da pesquisa, a conclusão mais razoável é que ele tenha se mantido estável no período. Destarte, a elevação do desemprego em São Paulo captada por aquela pesquisa reflete basicamente a variação na taxa de desemprego aberto.

SEGURO DESEMPREGO

No primeiro quadrimestre deste ano a quantidade de pessoas (1.527.307) que requereram o benefício do seguro desemprego, em todo o Brasil, caiu 2,26%, quando feita a comparação com igual período de 1997. O número de segurados , por sua vez, caiu mais ainda (3,22%), chegando a 1.426.129 e fazendo com que a taxa de habilitação apresentasse um recuo de quase um ponto percentual, situando-se em 97,96%. Esses resultados são, em princípio, contraditórios com os dados do nível de ocupação dos trabalhadores com carteira (majoritários, por larga margem, entre aqueles habilitados a receber o benefício), relativos às seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, que diminuiu 1%, comparando-se os mesmos períodos. Esta aparente contradição pode ser um indício de que a evolução recente do desemprego tenha sido distinta nos âmbitos metropolitano e não-metropolitano. Qualquer ilação neste sentido, contudo, requer a disponibilidade e análise dos dados do seguro desemprego discriminados por área.

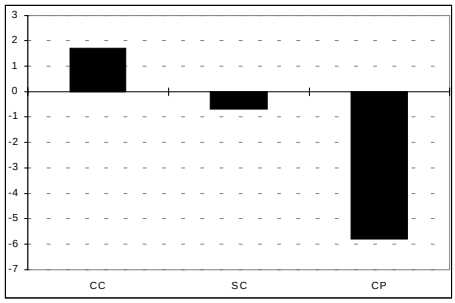
Por seu turno, o valor médio dos benefícios concedidos teve um ligeiro acréscimo, tanto quando expresso em múltiplos do salário mínimo (passou de 1,58 para 1,59), quanto em termos de reais, em valores constantes de dezembro de 1995: passou de R$ 159,92 no primeiro quadrimestre de 1997 para R$ 164,40 este ano, o que significa um crescimento de 2,8%.

RENDIMENTOS

Os resultados da última Pesquisa Mensal do Emprego revelam que, pelo quarto mês consecutivo, o rendimento médio nas regiões metropolitanas voltou a cair. Como pode ser visto no Gráfico da capa, embora haja em geral, devido a fatores sazonais, uma tendência de redução na renda nos primeiros meses de cada ano, em 1998 ela vem se pronunciando de forma mais intensa, sendo que a queda acumulada entre janeiro e abril atingiu 4,5%. A média do rendimento real neste período é superior ao constatado para o quadrimestre inicial de 1997, mas o nível em abril de 1998 é praticamente idêntico ao de abril do ano passado.

Em tese, este desempenho não chega a ser surpreendente, uma vez que o acirramento do desemprego induz um ajuste "natural" do mercado via preços, notadamente na parte mais flexível da economia que é o dito segmento informal. De fato, comparando os dados para o mês de abril de cada ano (Gráfico 12), percebe-se que os empregados com carteira assinada obtiveram uma elevação real de 1,7% em seus rendimentos, ao passo que os empregados sem carteira perderam 0,7% e os trabalhadores por conta própria experimentaram uma redução de 5,8%.

GRÁFICO 12
Variação Percentual do Rendimento Real por Posição na Ocupação (Abr/98 - Abr/97)



O quadro fica um pouco menos claro, todavia, quando se examinam as variações de acordo com os setores de atividade econômica. O setor de serviços, usualmente associado com uma grande incidência de informalidade, foi, dentre aqueles de maior expressão, o que apresentou mais crescimento na renda de abril a abril (2,7%), à frente da Indústria de Transformação (0,3%). As perdas expressivas foram registradas no Comércio e na Construção Civil, onde a redução da renda real foi de 5,0% e 15,8%, respectivamente (ver Tabela A.7.2).

Deste modo não fica ainda perfeitamente caracterizado um processo de ajuste através de redução de renda para acomodar o hiato entre oferta e demanda por trabalho, não obstante a existência de alguns indícios nesta direção.

PRODUTIVIDADE

Segundo cálculos feitos a partir dos dados levantados pela Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produtividade da Indústria de Transformação, no conceito de produtividade do trabalhador, experimentou um crescimento de apenas 0,7% no primeiro trimestre deste ano, quando comparado com o mesmo período de 1997. Contribuíram para a modéstia desse resultado os recuos havidos na produtividade dos setores de Vestuário e Calçados, Alimentação, Metalurgia, Mecânica e Farmacêutica.

Já no conceito de produtividade da hora paga, os resultados foram melhores, tendo havido um crescimento de 3,1%, com aumentos, inclusive, nos primeiro quatro setores mencionados acima. Nesse caso tiveram resultado negativo Material de Transporte e, também aqui, a Farmacêutica.

ATIVIDADE SINDICAL

O número de greves nos primeiros três meses deste ano, segundo o DIEESE, foi de 150, o que significa um decréscimo de 23,5% em relação ao ocorrido em igual período de 1997. Não obstante, o número de grevistas aumentou 141,0%, o que se explica pela maior quantidade de trabalhadores envolvidos nas greves deste ano, em particular as ocorridas nas universidades federais. Como decorrência, cresceu também significativamente a quantidade de trabalhadores-hora parados.